

DOI: <https://doi.org/10.36470/famen.2025.r6a36>

Recebido em: 12/08/2025

Aceito em: 15/09/2025

UM ESTADO DO CONHECIMENTO SOBRE LITERATURA INDÍGENA DE AUTORIA FEMININA NO CONTEXTO DA EPT

A STATE OF KNOWLEDGE ON INDIGENOUS LITERATURE BY FEMALE AUTHORS IN THE CONTEXT OF EPT

Lídia Rafaële Freitas

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5767-2922>

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/8275682000071075>

Titulação: Mestranda em Educação Profissional

SEDUC -CE, Brasil

E-mail: lidia.freitas@prof.ce.gov.br

Demóstenes Dantas Vieira

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2196-9403>

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7513474493853463>

Titulação: Doutor

Instituto Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

E-mail: demostenes.vieira@ifrn.edu.br

RESUMO

A pesquisa apresenta um estudo de revisão do tipo *estado do conhecimento*, cujo objetivo é mapear as pesquisas sobre literatura indígena de autoria feminina no contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) brasileira. A investigação é de natureza exploratória e descritiva, tendo como principal procedimento a pesquisa bibliográfica em fontes como o Observatório do ProfEPT e o Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, com recorte temporal de 2020 a 2025. Os resultados evidenciam uma lacuna na produção acadêmica que relate diretamente a literatura indígena de autoria feminina à EPT, com a identificação de apenas uma investigação específica. Conclui-se que essa literatura se configura como uma ferramenta potente de resistência cultural e valorização dos saberes ancestrais, sendo fundamental para a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e plural, apesar da ainda tímida receptividade acadêmica.

Palavras-chave: Literatura indígena; autoria feminina; Educação Profissional e Tecnológica.

ABSTRACT

This study presents a review of the state of knowledge aimed at mapping research on Indigenous literature by female authors within the context of Brazilian Vocational and Technological

Education (VTE). The investigation is exploratory and descriptive in nature, adopting bibliographic research as its main procedure, using sources such as the ProfEPT Observatory and the CAPES Theses and Dissertations Catalog, within the time frame of 2020 to 2025. The results reveal a significant gap in academic production that directly connects Indigenous female authorship to VTE, with only one specific investigation identified. It is concluded that this body of literature stands as a powerful tool of cultural resistance and the valorization of ancestral knowledge, playing a fundamental role in building a more just, equitable, and pluralistic society, despite its still limited academic reception.

Keywords: Indigenous literature; female authorship; Vocational and Technological Education.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As literaturas indígenas de autoria feminina surgem como um campo de estudo emergente e de grande relevância acadêmica e social, embora marcado por complexidades e disputas teóricas. Explorar essas tensões é essencial para aprofundar a compreensão desse fenômeno literário e social, cujas vozes desafiam epistemologias hegemônicas e reivindicam espaços de escuta, reconhecimento e resistência. Nesse cenário, o presente estudo tem como objetivo mapear as pesquisas existentes sobre literatura indígena de autoria feminina no contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), buscando compreender suas representações e contribuições para a formação humana integral, a valorização cultural e a promoção da equidade de gênero.

A fim de alcançar seus objetivos, esta pesquisa adota uma metodologia de revisão do tipo estado do conhecimento, voltada para o mapeamento de produções acadêmicas sobre a literatura indígena de autoria feminina no contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) brasileira. Trata-se de uma investigação de natureza exploratória e descritiva, que se fundamenta na análise de dados bibliográficos coletados em fontes como o Observatório do ProfEPT e o Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, considerando o período de 2020 a 2025.

A escolha por realizar um estado do conhecimento sobre essa temática não se configura apenas como uma empreitada acadêmica relevante, mas como uma urgência com impactos sociais significativos. A crescente produção literária de mulheres indígenas contrasta com a escassez de estudos que articulem essas vozes ao campo da EPT, modalidade educacional cujo principal objetivo é formar para o mundo do trabalho. Nesse sentido, o problema de pesquisa que orienta este estudo é: quais são as abordagens, lacunas e contribuições identificadas nas

pesquisas acadêmicas que tratam da literatura indígena de autoria feminina no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica?

Do ponto de vista acadêmico, este estudo se justifica por seu potencial de sistematizar, analisar e dar visibilidade a uma produção literária em expansão, que ainda carece de reconhecimento consolidado no campo científico. A literatura indígena de autoria feminina constitui uma epistemologia própria, que desafia paradigmas ocidentais e oferece novas perspectivas sobre mundo, ancestralidade e futuro. Contudo, observa-se uma lacuna evidente nos estudos que a relacionem diretamente ao contexto da EPT - a maioria das investigações permanece circunscrita ao ensino fundamental, médio ou aos cursos de Letras.

Por sua vez, entendemos que o impacto social desse mapeamento é multifacetado: ao analisar e dar visibilidade às produções dessas autoras, o estudo contribui para o empoderamento de mulheres indígenas, historicamente silenciadas por sua etnia e gênero. A literatura torna-se, assim, uma ferramenta de autoafirmação e reivindicação de direitos, ocupando um papel formativo tanto no plano simbólico quanto no pedagógico.

A inserção dessa literatura nos currículos da EPT permite aos estudantes o contato com realidades diversas e complexas das culturas indígenas, rompendo com estereótipos e ampliando horizontes interpretativos. Tal presença pode fortalecer a permanência de jovens indígenas nesses cursos, ao mesmo tempo em que enriquece o processo de ensino-aprendizagem para todos os discentes, ao fomentar ambientes mais inclusivos e diversos.

Além disso, os temas recorrentes nessa literatura — como terra, sustentabilidade, justiça social, memória e identidade — contribuem para a formação de profissionais com consciência crítica, ética e responsabilidade socioambiental. O Censo Demográfico de 2022, ao apontar o crescimento da população indígena e sua inserção em diferentes setores, reforça a necessidade de práticas educativas que reconheçam e valorizem seus saberes e modos de vida.

Em suma, realizar um estado do conhecimento sobre a literatura indígena de autoria feminina no contexto da EPT é uma ação fundamental para avançar cientificamente em um campo emergente e, sobretudo, para impulsionar transformações educacionais que promovam justiça epistêmica, inclusão e diversidade nos espaços formativos do Brasil.

2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS: A PERSPECTIVA DECOLONIAL E A LITERATURA INDÍGENA

A literatura indígena brasileira constitui, em sua essência, uma via decolonial de natureza filosófica, ética e política. Conforme afirma Dorrico (2020, p. 251), “ela possibilita a reflexão e o repensar da realidade a partir de conceituações e cosmovisões próprias de cada etnia, oferecendo uma riqueza de diversidade epistêmica”. Para a autora, essa produção assume uma “voz-práxis” autoral que é, ao mesmo tempo, militante, política e profundamente comprometida com a defesa das culturas originárias e com a proteção da natureza.

Nesse sentido, a literatura indígena funciona como um contradiscorso, desafiando tanto a visão etnocêntrica europeia quanto o cânone literário hegemônico. Como aponta Santos (2009, p. 56), “essa abordagem posiciona a literatura indígena não como uma mera adição ao panorama literário existente, mas como um desafio fundamental às suas próprias bases”. Trata-se de uma produção que busca desmantelar o arcabouço epistemológico eurocêntrico que historicamente marginalizou os saberes indígenas, atuando como um agente de justiça epistêmica. Ainda segundo Santos (2009, p. 59), “isso implica uma redefinição do centro da produção e validação do conhecimento, afastando-se de uma narrativa única e dominante para abraçar epistemologias plurais, com profundas implicações para a forma como a história, a cultura e a própria ‘literatura’ são definidas e ensinadas”.

Outro elemento fundamental dentro da perspectiva decolonial diz respeito à transposição da tradição oral para a linguagem escrita ocidentalizada. Esse movimento, longe de representar uma ruptura com os modos tradicionais de transmissão de saberes, configura-se como uma estratégia de resistência e amplificação das vozes indígenas. Como destaca Dorrico (2020), a apropriação da língua oficial escrita pelas autoras indígenas permite não apenas o registro de suas cosmovisões, mas também a difusão de conhecimentos ancestrais para além dos limites geográficos e epistêmicos de suas comunidades.

Trata-se de uma reconfiguração política do ato de escrever, na qual a escrita, historicamente associada à dominação colonial, é ressignificada como ferramenta de preservação cultural, reivindicação identitária e construção de futuros possíveis. A literatura, nesse contexto, torna-se uma ponte entre o legado oral e o discurso acadêmico, desafiando os paradigmas hegemônicos e inserindo os saberes indígenas no debate intelectual contemporâneo. Conforme escreve Danner (2020, p. 53):

Esse movimento é fundamental porque gera um descentramento epistêmico normativo da filosofia tradicional europeia, abrindo caminho para um pensamento reflexivo a partir de conceituações originais e autorais. A adoção da linguagem escrita, nesse sentido, não significa o abandono da tradição oral, mas sim uma estratégia para amplificar e preservar o conhecimento ancestral. Trata-se de uma utilização sofisticada de uma ferramenta colonial para fins decoloniais, demonstrando uma estratégia dinâmica e adaptativa dos povos indígenas para alavancar novos meios em prol da sobrevivência, disseminação e fortalecimento de suas epistemologias únicas.

A decolonialidade pode ser compreendida como um campo epistemológico insurgente, que se constrói a partir da crítica à colonialidade do saber e da valorização de epistemologias silenciadas, como aquelas expressas nas literaturas indígenas de autoria feminina. Sua força reside na possibilidade de deslocar os marcos teóricos hegemônicos, abrindo espaço para uma ecologia de saberes e para a reconstrução dos currículos sob uma perspectiva de justiça epistêmica (Dorrico, 2020).

Autores como Walter Mignolo, Aníbal Quijano e Catherine Walsh são referências fundamentais nesse pensamento, ao proporem a valorização e a integração de saberes historicamente subalternizados, como os conhecimentos indígenas (Dorrico, 2020). No contexto deste estudo, a literatura indígena de autoria feminina emerge como expressão concreta dessa virada decolonial, atuando não apenas como campo estético, mas como território político-pedagógico. Ao ser inserida nos debates educacionais da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), ela desafia o currículo eurocentrado, contribui para a justiça epistêmica e amplia as possibilidades formativas em direção a uma educação verdadeiramente intercultural e emancipadora.

2.1 A EMERGÊNCIA E CONSOLIDAÇÃO DA LITERATURA INDÍGENA BRASILEIRA

Dorrico (2020) identifica duas principais modalidades de autoria na produção literária indígena contemporânea. A primeira, de caráter coletivo, tem origem nas práticas educacionais desenvolvidas nas aldeias, impulsionadas pelo direito à educação escolar indígena garantido pela Constituição Federal de 1988. Essa forma de autoria se materializa na criação de materiais didático-pedagógicos elaborados por professores e estudantes indígenas, os quais registram, por meio da escrita alfabetica em suas línguas maternas e em português, narrativas, saberes tradicionais e elementos da vida comunitária. A segunda modalidade é a autoria individual, Revista Faculdade FAMEN - REFFEN, v. 6, n. 4, 2025 – DOSSIÊ: BASES CONCEITUAIS E EPISTEMOLÓGICAS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL.

caracterizada pela inserção de escritores indígenas no mercado editorial, com obras publicadas de forma autônoma, o que representa um avanço significativo na visibilidade dessas vozes no campo literário nacional.

É fundamental compreender que a tradição da literatura indígena está enraizada na ancestralidade preservada por meio da oralidade, em contraste com o cânone literário brasileiro, que se estabelece historicamente a partir da escrita. Como observa Dorrico (2020, p. 215), “para as sociedades tradicionais, a literatura sempre existiu antes da escrita e do impresso. A aquisição da escrita alfabetica e a publicação se tornaram ferramentas para os sujeitos indígenas se expressarem, dialogarem sobre pertencimento étnico e sobrevivência”.

Nesse contexto, a escrita não representa uma ruptura com a oralidade, mas sim sua extensão e fortalecimento. Essa compreensão é central para uma abordagem decolonial da literatura indígena, pois permite reconhecer como os autores indígenas adaptam e subvertem a linguagem escrita de modo a alinhá-la às suas próprias lógicas culturais e tradições orais.

Diversos autores e autoras são considerados(as) pioneiros(as) e articuladores(as) desse movimento, contribuindo significativamente para a consolidação da literatura indígena brasileira enquanto expressão de identidade, resistência e memória coletiva. Eliane Potiguara, com seu poema *Identidade Indígena* (1975), é uma figura seminal nesse processo, sendo uma das primeiras mulheres indígenas a utilizar a escrita como instrumento de denúncia, afirmação cultural e valorização de saberes ancestrais.

Outros nomes de destaque incluem Graça Graúna, cuja produção literária dialoga com questões de pertencimento e ancestralidade, e Julie Dorrico, pesquisadora e escritora que tem contribuído para a visibilidade contemporânea das vozes indígenas no cenário literário nacional. Esses e outros(as) escritores(as) têm desempenhado um papel fundamental na luta por reconhecimento, por representatividade e por justiça histórica dentro e fora dos espaços acadêmicos e escolares.

Segundo Santos (2009, p. 59), “as contribuições dessas autoras são multifacetadas: elas promovem o diálogo e o contradiscurso ao cânone literário europeu”, ao mesmo tempo em que registram saberes orais milenares e defendem ativamente as culturas originárias e a preservação da natureza. Como enfatiza Danner (2021, p. 154), “esses ‘clássicos’ não se encaixam na definição tradicional ocidental, mas são figuras fundadoras que iniciaram um novo paradigma de autorrepresentação indígena e pensamento decolonial no cenário literário brasileiro”. Pensando na contribuição das autoras, apresentamos o quadro abaixo:

Quadro 01 – Literatura Indígena de Autoria Feminina

Autoras	Principais Obras/Contribuições	Foco/Argumento Principal
Eliane Potiguara	Poema <i>Identidade Indígena</i> (1975) <i>Metade Cara, Metade Máscara</i> (2004) <i>O Vento Espalha Minha Voz Originária</i> (2023)	Pioneirismo na autoria feminina; afirmação da identidade indígena e resistência; literatura de testemunho.
Graça Graúna	<i>Canto Mestizo</i> (1999) <i>Fios do Tempo</i> (2021)	Escritora e crítica literária; aborda literatura, educação e direitos indígenas
Julie Dorrico	<i>Eu Sou Macuxi e Outras Histórias</i> (2019) <i>Tempo de retomada</i> (2025)	Poesia e prosa e manifesto político para propor uma "retomada" dos territórios físicos, culturais e simbólicos dos povos indígenas

Fonte: Elaboração dos Autores (2025).

Várias autoras indígenas têm desempenhado um papel fundamental no fortalecimento e na consolidação da literatura indígena, ao dar visibilidade às suas vozes e obras. Essas autoras não apenas ampliam os horizontes da literatura nacional, mas também desafiam as narrativas tradicionais, enriquecendo o campo com uma diversidade de perspectivas culturais. Eliane Potiguara é uma figura central nesse movimento, sendo considerada uma pioneira ao dar início à construção de uma literatura indígena contemporânea. Seu poema "*Identidade Indígena*", publicado em 1975, é um marco, pois inaugura uma nova era de autoria indígena, na qual a escrita se torna uma ferramenta de afirmação cultural e resistência. Como destaca Julie Dorrico (2020, p. 216), Potiguara "marcou o início de uma nova era de autoria indígena", uma era em que a literatura se conecta com as lutas históricas dos povos indígenas e com a preservação de suas tradições, sem perder de vista o diálogo com o presente.

Nesse processo, *Metade Cara, Metade Máscara* (2004), de Eliane Potiguara, se configura como uma obra híbrida, tanto do ponto de vista dos gêneros textuais quanto das formas de expressão literária. Ao entrelaçar ficção, memória, poesia e ensaio, a autora constrói uma narrativa de testemunho que vai além de uma simples história de resistência. A obra apresenta uma pluralidade de gêneros, incluindo poemas, ensaios e outros formatos, que refletem as complexas questões de identidade, cultura e luta dos povos indígenas no Brasil. Além disso, *Metade Cara, Metade Máscara* é um marco na literatura brasileira por ser a primeira obra publicada por uma mulher indígena, somente no ano de 2004, consolidando o papel fundamental das vozes femininas indígenas na literatura e na resistência cultural.

Por sua vez, Graça Graúna, escritora e crítica literária com doutorado em Letras, é autora de obras como *Canto Mestizo* e *Fios do Tempo*, consolidando-se como uma das vozes mais

relevantes na crítica literária indígena (Danner, 2021). Além disso, autoras como Auritha Tabajara, Bárbara Flores Borum-Kren, Márcia Mura e Ju Cassou também constroem narrativas importantes que podem ser exploradas como ferramentas poderosas para promover a diversidade cultural, desconstruir estereótipos e valorizar saberes ancestrais, em consonância com a Lei 11.645/08.17.

A diversidade dessas vozes femininas reflete a pluralidade interna dos povos indígenas, desafiando as narrativas homogenizadoras e amplificando as múltiplas realidades dessas comunidades. A riqueza de expressões, que abrange poesia, crítica, pesquisa, cordel e música, transforma essas autoras não apenas em objetos de estudo, mas em agentes pedagógicos ativos. Suas variadas formas de expressão oferecem instrumentos poderosos para promover a compreensão intercultural e a conscientização crítica nas salas de aula.

O Feminismo Decolonial Indígena (FDI) é um conceito essencial para compreender a importância conceitual e prática da literatura de autoria feminina indígena. Segundo Bernardino (2019, p. 9), “o FDI é uma proposta de estudo que problematiza a relação entre gênero, raça e colonialidade, especificamente no contexto das Américas e Caribe”. O FDI busca “derrubar” as estruturas coloniais que historicamente destruíram os povos indígenas, sendo uma construção política e crítica em favor do protagonismo e da autoria de meninas e mulheres indígenas em diversos setores – sociais, políticos, econômicos e estéticos (Bernardino, p. 10, 2019).

O FDI, portanto, se configura como um arcabouço teórico-prático essencial para a reparação histórica e a construção de futuros alternativos. Como observa Guajajara (2020, p. 104), “ele conecta a teoria acadêmica à justiça social, à ação social e à visão de futuros alternativos, focando na mudança sistêmica e não apenas no empoderamento individual.” Sua integração na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) vai além da inclusão de um novo tópico: ela implica uma reorientação fundamental dos objetivos educacionais, direcionando-os para a justiça social, a descolonização e a participação ativa das mulheres indígenas na construção de suas comunidades e no desenvolvimento nacional, de forma culturalmente apropriada e autodeterminada.

2.2 A LITERATURA INDÍGENA FEMININA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT)

A integração da literatura indígena nos currículos da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e da educação básica não é apenas uma necessidade legal, mas também uma exigência pedagógica, impulsionada pela Lei 11.645/08. Esta legislação torna obrigatório “o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena nos currículos escolares, estabelecendo um marco legal para a inclusão da literatura indígena” (Brasil, 2008, p. 08). Nesse contexto, a literatura indígena feminina surge como uma ferramenta estratégica para a efetiva implementação dessa lei, pois suas narrativas não apenas enriquecem as salas de aula com a diversidade cultural, mas também desempenham um papel crucial na construção de uma consciência crítica sobre os povos originários.

Baniwa (2006) afirma a urgência de "decolonizar os currículos", valorizando a diversidade de conhecimentos e desafiando o modelo acadêmico eurocêntrico que historicamente dominou o sistema educacional. A Lei 11.645/08 representa um ponto de partida, mas não de chegada, para a descolonização curricular. Sua mera existência não garante uma implementação efetiva; ao contrário, ela exige intervenções pedagógicas ativas e decoloniais, nas quais a literatura se torna o veículo para transformar o currículo, superando uma simples inclusão superficial de conteúdo e promovendo uma reavaliação profunda dos sistemas de conhecimento. Como destaca Dorrico (2020, p. 210), trata-se de “desafiar vieses eurocêntricos e promover um diálogo intercultural genuíno”.

Dentro desse panorama, a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), especialmente nos Institutos Federais (IFs), desempenha um papel crucial não apenas na formação acadêmica, mas também na promoção do protagonismo de todos os alunos, com especial atenção a grupos historicamente marginalizados, como as meninas e mulheres indígenas.

Como argumenta Bernardino (2019, p. 15), “a EPT deve promover ativamente o protagonismo dessas mulheres na formação e produção de conhecimento”, mas essa visão pode — e deve — ser ampliada para abranger todas as identidades e experiências presentes no ambiente educacional. Isso significa compreender a Educação Profissional e Tecnológica como um espaço de promoção da formação humana integral, que reconhece os sujeitos em sua complexidade, respeitando suas diferenças de gênero, etnia, classe social, território, religião, deficiência, orientação sexual e demais marcadores sociais.

A formação humana integral pressupõe uma educação que vá além da dimensão técnico-instrumental, incorporando também aspectos éticos, estéticos, culturais, afetivos e políticos do processo formativo. Nesse sentido, a EPT não deve apenas preparar para o mundo do trabalho, mas formar cidadãos críticos, conscientes de seus direitos, comprometidos com a justiça social e capazes de intervir ativamente na transformação de suas comunidades e realidades.

Ao buscar o empoderamento de cada indivíduo, independentemente de sua trajetória ou pertencimento, a EPT fortalece sua função social e democrática, promovendo a equidade e a pluralidade de saberes como princípios orientadores. Isso implica em currículos mais flexíveis, pedagógicos e sensíveis à diversidade, que valorizem os saberes locais, o diálogo intercultural e a participação ativa dos estudantes como sujeitos do conhecimento. Assim, a EPT se consolida como um instrumento estratégico para a superação das desigualdades e para a construção de um projeto educativo comprometido com a dignidade humana e com o bem viver coletivo.

É fundamental, portanto, o desenvolvimento de práticas de educativas com e sobre o protagonismo indígena, desde a educação infantil, para que o feminismo decolonial indígena se faça presente nos projetos de curso nos diversos níveis e modalidades de ensino. No caso da EPT, essa abordagem transforma a formação para o mundo do trabalho em uma formação decolonial para o mundo do trabalho. Como defende Baniwa (2006, p. 38), “os currículos e programas da EPT devem ser cocriados com as comunidades indígenas, garantindo que o conhecimento e as habilidades transmitidas atendam às suas necessidades específicas, valores culturais e aspirações de longo prazo para o bem-estar e a proteção territorial”.

A literatura, nesse contexto, atua como um catalisador para transformações pedagógicas e sociais mais amplas. A mera inclusão de obras de autoria indígena nos currículos escolares, embora necessária, não é suficiente. É preciso que a literatura seja compreendida como um motor para a reestruturação profunda das práticas educacionais, contribuindo efetivamente para a construção de uma "educação intercultural e antirracista" (Dorrico, 2020, p. 216).

Nesse sentido, o texto literário não deve ser visto apenas como conteúdo, mas como ferramenta fundamental para o exercício de uma pedagogia crítica e para a promoção da justiça social. Essa transformação requer uma abordagem holística e sistêmica, que envolva educadores, gestores, formuladores de políticas públicas e as próprias comunidades escolares, a fim de desconstruir estruturas educacionais de herança colonial e fomentar um ambiente de aprendizagem verdadeiramente inclusivo, diverso e comprometido com os direitos humanos e a equidade.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com relação aos procedimentos metodológicos, trata-se de uma pesquisa de revisão do tipo estado do conhecimento, cujo objetivo é mapear as pesquisas sobre literatura indígena de autoria feminina no contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) brasileira. Trata-se de uma investigação de natureza exploratória e descritiva, que adota como principal procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica.

Para realizar a busca para o estado de conhecimento, utilizamos como banco de dados Observatório do ProfEPT e o Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, com recorte temporal de 2020 a 2025. A escolha pela abordagem de estado do conhecimento se justifica por sua adequação à proposta de identificar, organizar e interpretar criticamente os estudos já realizados sobre o tema, possibilitando a construção de um panorama abrangente das tendências, lacunas e contribuições existentes na intersecção entre autoria indígena feminina e a EPT. Ao sistematizar a produção acadêmica já disponível, esta metodologia permite a consolidação de uma base teórica que favorece o avanço das discussões sobre diversidade, gênero e literatura na Educação Profissional e Tecnológica.

À vista disso, o corpus de análise desta pesquisa foi composto por dissertações publicadas no período de 2020 a 2025. A escolha desse recorte temporal justifica-se pela crescente visibilidade da temática da literatura indígena, especialmente no que diz respeito à autoria feminina. Para compreender o cenário atual das investigações sobre o tema no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), foi realizada uma busca no Observatório do ProfEPT, cuja seleção se justifica pela concentração de pesquisas voltadas à EPT. A fim de ampliar o mapeamento, também se optou pela consulta ao Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, que reúne a produção acadêmica de programas de pós-graduação stricto sensu de todo o país.

A seleção dos documentos seguiu critérios rigorosos de inclusão e exclusão. Foram incluídas todas as dissertações que abordaram explicitamente a literatura indígena com ênfase na autoria feminina e que estabeleciam, de forma direta ou indireta, vínculos com o contexto da EPT ou com a formação educacional de povos indígenas. Outro critério adotado foi a disponibilidade online e o acesso integral aos textos. Por outro lado, foram excluídos trabalhos que, embora tratassesem da literatura indígena, não priorizavam a autoria feminina; pesquisas que

abordavam a educação indígena de maneira genérica, sem interface com a literatura ou com a EPT; e documentos de natureza não acadêmica.

4 LITERATURA INDÍGENA DE AUTORIA FEMININA NA EPT: ANÁLISE DOS DADOS

A etapa de coleta de dados teve início com a definição de estratégias de busca. Foram utilizadas, em língua portuguesa, as seguintes palavras-chave e descritores: *literatura indígena*, *educação profissional* e *autoria feminina*. A busca foi realizada nos meses de maio e junho de 2025, nas bases e repositórios selecionados. Após a realização das buscas, os resultados foram submetidos a um processo de triagem, que envolveu a leitura de títulos, resumos e, posteriormente, a leitura integral dos documentos pré-selecionados, para a aplicação final dos critérios de inclusão e exclusão.

Para a análise dos dados, os documentos selecionados foram minuciosamente examinados com base em um roteiro de extração previamente elaborado. Esse instrumento possibilitou a coleta sistematizada de informações essenciais de cada estudo, como: título, autores, objetivos, instituição de origem e a forma como a pesquisa se relacionava com a literatura indígena, a autoria feminina e o contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Durante o levantamento do estado do conhecimento, foi identificada apenas uma investigação, no âmbito da EPT, que abordava diretamente a temática da literatura indígena de autoria feminina. A partir dos trabalhos localizados, elaborou-se um quadro com o intuito de examinar como a literatura indígena tem sido tratada nessas pesquisas. os abaixo a sistematização das pesquisas, conforme apresentado a seguir:

Quadro 02 – Literatura Indígena na EPT

Autores	Título dos trabalhos	Foco/Argumento Principal
Souza (2022)	A (in)visibilidade da literatura indígena em materiais didáticos	Analizar (in)visibilidade A literatura indígena em materiais didáticos.
Herler (2021)	<i>Pantonikon que “entram por um ouvido e não saem pelo outro”: leitura da literatura indígena em sala de aula</i>	Promover a leitura da literatura de autoria indígena de autores de várias etnias.

Costa (2020)	<i>Identidades e ancestralidades das mulheres indígenas na poética de Eliane Potiguara</i>	Romper com o silenciamento secular dos povos originários e se apresentar como alternativa para a construção de uma narrativa plural e não estigmatizante da pátria brasileira, a partir de uma cosmovisão indígena feminina e investigar como a identidade feminina indígena é construída na obra.
Felipe (2021)	<i>Literatura indígena e recepção: uma intervenção a partir do reconto de mitos numa escola pública do município de Extremoz-RN</i>	Investigar como se deu a recepção dos mitos indígenas Munduruku, registrados pelo autor indígena Daniel Munduruku na obra <i>As serpentes que roubaram a noite e outros mitos</i> (2001)
Sousa (2025)	<i>O canto de (r)existência de Eliane Potiguara: uma sequência didática sobre literatura indígena no contexto da Educação Profissional e Tecnológica</i>	Analizar as contribuições da obra <i>Metade Cara, Metade Máscara</i> de Eliane Potiguara para a formação humana integral dos estudantes, propondo o desenvolvimento de uma sequência didática para o Ensino Médio Integrado na Educação Profissional e Tecnológica.

Fonte: Elaboração dos Autores (2025).

A análise do quadro apresentado revela que o número de estudos sobre literatura indígena no contexto da EPT ainda é bastante pequeno, sendo ainda mais restrita a quantidade de investigações que abordam a autoria feminina indígena. O recorte temporal, que abrange os anos de 2020 a 2025, mostra que, embora existam algumas pesquisas sobre literatura indígena, apenas um estudo se dedica de maneira explícita à literatura indígena de autoria feminina.

O estudo de Sousa (2022), intitulado *A (in)visibilidade da literatura indígena em materiais didáticos*, foca na análise da visibilidade da literatura indígena nos materiais didáticos, especialmente no contexto escolar. Embora este trabalho se concentre em literatura indígena, ele não aborda de forma explícita a autoria feminina, que é central para o objetivo da pesquisa proposta. Contudo, sua análise da inclusão da literatura indígena nas práticas pedagógicas pode servir como ponto de partida para entender como essa literatura é tratada no ambiente educacional, mesmo que não se aprofunde nas questões de gênero ou no contexto específico da EPT.

Por sua vez, a pesquisa realizada por Herler (2021), intitulado *Pantonikon que “entram por um ouvido e não saem pelo outro”: leitura da literatura indígena em sala de aula*, se aproxima mais diretamente do objetivo de mapear a produção acadêmica sobre literatura

indígena de autoria feminina. Este trabalho foca na promoção da leitura da literatura indígena de autoria feminina em sala de aula, o que está alinhado com a pesquisa proposta. No entanto, é importante verificar se ele faz uma análise detalhada sobre a relação entre essa literatura e o contexto da EPT, o que será crucial para ampliar a compreensão sobre a contribuição da literatura indígena feminina na formação humana integral dos alunos da EPT.

Dando continuidade à análise, a dissertação de Costa (2020), intitulado *Identidades e ancestralidades das mulheres indígenas na poética de Eliane Potiguara*, é o que mais se aproxima do foco da pesquisa proposta. Ele se concentra na análise da obra de Eliane Potiguara, uma autora indígena feminina de relevância, e investiga as identidades e ancestralidades das mulheres indígenas presentes em sua poética. Embora o estudo não mencione explicitamente a interface com a EPT, ele oferece uma base importante para compreender como a literatura indígena feminina pode ser incorporada no currículo da EPT.

Nesse mesmo caminho, o trabalho de Felipe (2021), *Literatura indígena e recepção: uma intervenção a partir do reconto de mitos numa escola pública do município de Extremoz-RN*, trata da recepção de mitos indígenas nas escolas, mas não enfoca especificamente a autoria feminina. Embora aborde a literatura indígena, o estudo não parece ter uma relação direta com a EPT, tampouco explorar de maneira específica o protagonismo das autoras indígenas femininas.

Por fim, a pesquisa realizada por Sousa (2025), *O canto de (r)existência de Eliane Potiguara: uma sequência didática sobre literatura indígena no contexto da Educação Profissional e Tecnológica*, está mais alinhado aos objetivos da pesquisa proposta. Ele investiga a contribuição da obra de Eliane Potiguara para a formação humana integral no contexto da EPT e aborda a elaboração de uma sequência didática específica. Esse estudo se conecta diretamente ao foco da pesquisa, que busca explorar a contribuição da literatura indígena de autoria feminina na formação dos estudantes da EPT.

Ao realizar a análise comparativa entre os estudos, destacam-se alguns pontos importantes. Primeiramente, a maioria dos trabalhos foca na literatura indígena, com ênfase maior nas questões de recepção e visibilidade, mas a relação com a autoria feminina é variável. O estudo de Costa (2020) é um dos poucos a se concentrar diretamente na poética de uma autora indígena feminina, Eliane Potiguara. Em relação à EPT, apenas um estudo, de Sousa (2025), aborda diretamente essa temática, ao propor uma sequência didática sobre literatura indígena com foco na formação humana integral. Essa lacuna nos estudos sobre a integração da literatura

indígena de autoria feminina nas práticas pedagógicas da EPT indica uma oportunidade para a pesquisa proposta contribuir de maneira significativa para o campo.

Quanto ao protagonismo da mulher indígena, o estudo de Costa (2020) se destaca ao abordar a obra de Eliane Potiguara, assim como Sousa (2025). As demais pesquisas, embora tratem de aspectos relevantes como a visibilidade e recepção da literatura indígena, não tratam diretamente da autoria indígena feminina.

Ao investigar as pesquisas realizadas no campo da literatura indígena de autoria feminina e da Educação Profissional e Tecnológica, o estado do conhecimento aqui desenvolvido constitui-se como um passo inicial importante para ampliar as discussões sobre diversidade cultural, equidade de gênero e formação humana integral no contexto da educação para a diversidade. Além disso, ao destacar as vozes indígenas femininas, a análise promove uma reflexão crítica sobre os currículos e as práticas pedagógicas adotadas pelas instituições escolares, contribuindo para a construção de uma educação mais inclusiva, plural e socialmente comprometida.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, buscou-se mapear as pesquisas sobre literatura indígena de autoria feminina no contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) brasileira, com o intuito de compreender quais são as abordagens, lacunas e contribuições identificadas nas investigações acadêmicas que tratam dessa temática. A partir da realização de um estudo do tipo estado do conhecimento, foi possível constatar que, apesar de avanços pontuais, há uma produção ainda incipiente quando se trata da articulação entre literatura indígena feminina e EPT, com predominância de abordagens que privilegiam a literatura indígena em geral, mas que raramente conferem centralidade às autoras indígenas ou às práticas pedagógicas no campo da educação profissional.

A literatura indígena contemporânea, compreendida como um movimento político, cultural e decolonial, tem se afirmado como espaço legítimo de resistência e de construção identitária dos povos originários. Nessa paisagem, a autoria feminina indígena ocupa lugar de destaque ao desafiar estereótipos, afirmar identidades coletivas e individuais, e propor outras formas de ver e viver o mundo. Escritoras como Eliane Potiguara, Graça Graúna e Julie Dorrico são expoentes de uma produção que rompe com o silenciamento histórico, denunciando as

opressões vividas por seus povos, especialmente pelas mulheres, e enunciando saberes ancestrais que articulam natureza, espiritualidade, território e corpo.

A potência dessa produção vai além da dimensão estética: trata-se de uma ferramenta de resistência cultural, de afirmação epistêmica e de transformação social. Nesse sentido, o Feminismo Decolonial Indígena (FDI) se apresenta como um referencial teórico e político fundamental para a compreensão do protagonismo das mulheres indígenas na EPT, ampliando as possibilidades de uma educação antirracista, anticolonial e comprometida com a justiça social. O FDI contribui, ainda, para ressignificar os currículos da educação profissional, inserindo outros modos de conhecer, ensinar e aprender — modos que valorizam a coletividade, a ancestralidade, a reciprocidade e a harmonia com a terra.

Os resultados da pesquisa evidenciam que ainda há lacunas significativas na produção acadêmica relacionada à presença da literatura indígena de autoria feminina nos contextos da EPT. Apesar de iniciativas isoladas, é notável a ausência de políticas educacionais, materiais didáticos e formações docentes que incorporem de forma sistemática essas vozes e perspectivas nos espaços escolares. Por isso, é urgente a ampliação de programas de incentivo à produção literária indígena, sua circulação e sua integração aos currículos, sobretudo no âmbito da EPT, que historicamente tem negligenciado os saberes originários e reproduzido uma lógica técnico-instrumental dissociada da diversidade sociocultural do país.

As perspectivas futuras para a pesquisa e para a prática educacional nesse campo são promissoras, mas demandam um compromisso contínuo da academia, dos gestores públicos, das instituições formadoras e da própria sociedade. Investir na formação de professores para o trabalho com literatura indígena feminina, produzir materiais didáticos culturalmente contextualizados e promover o diálogo com as comunidades indígenas são ações essenciais para a construção de uma escola que, de fato, reconheça e valorize a pluralidade de vozes e experiências.

Por fim, destaca-se que a literatura indígena se afirma como uma possibilidade de construção de práticas educativas pautadas na cosmovisão ética, política e diversa das comunidades indígenas, como um horizonte epistêmico decolonial na construção de uma educação mais justa e verdadeiramente democrática. Ao ser incorporada aos espaços da Educação Profissional e Tecnológica, as literaturas indígenas potencializam a formação de sujeitos críticos, sensíveis à diversidade, capazes de atuar na sociedade com compromisso ético e responsabilidade socioafetiva.

REFERÊNCIAS

BANIWA, Gersem dos Santos Luciano. **O índio brasileiro:** o que você precisa saber sobre os povos indígenas do Brasil hoje. Brasília: LACED/ Museu Nacional, 2006.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFOGUEL, Ramón. **Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico.** Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional,** LDB. 9394/1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. **Um novo modelo de educação profissional e tecnológica.** Concepções e diretrizes. Brasília: MEC, 2008.

BRASIL. Lei 11.645/08 de 10 de março de 2008. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 11.892, de 29 de novembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. 2008.

COSTA, Heliene Rosa Da. **Identidades e Ancestralidades das Mulheres Indígenas na Poética de Eliane Potiguara.** Uberlândia, 2020.

DANNER, Leno Francisco; DORRICO, Julie; DANNER, Fernando. Decolonialidade, Lugar de Fala e Voz-Práxis Estético-Literária: Reflexões desde a literatura indígena brasileira. **Alea**, vol. 22, nº 1, pg. 59 a 74, 2020.

DANNER, Fernando; DANNER, Leno Francisco. Descentramento, Crítica e Transformação: uma história da modernidade a partir da descolonização africana e do pensamento indígena. **Philósophos - Revista de Filosofia**, Goiânia, vol. 26, nº 1, pg. 147 a 196, 2021.

DORRICO, Julie; DANNER, Fernando. Literatura indígena entre tradição ancestral e crítica do presente: sobre a voz-práxis indígena em termos estético-literários. **Scripta**, vol. 24, n. 50, pg. 205 a 256, 2020.

DORRICO, Julie. **Eu Sou Macuxi e Outras Histórias.** 1. ed. Caos & Letras, 2019.

FELIPE, Jessica Martins Bezerra. **Literatura indígena e recepção:** uma intervenção a partir do reconto de mitos numa escola pública do município de Extremoz-RN. Natal, 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GRAÚNA, Graça. **Canto Mestizo.** Maricá/RJ: Blocos, 1999.

GRAÚNA, Graça. **Fios do tempo (quase haikais).** Recife: Baleia Cartonera, 2021.

GUAJAJARA, Maria Judite da Silva Ballerio. **Mulheres indígenas: gênero, etnia e cárcere.** 2020. 104 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

HERLER, Ione. **A literatura indígena na escola:** sugestões de leitura para o nono ano do ensino fundamental da Escola Estadual Prof. Ulisses Serra em Campo Grande – MS. Campo Grande, MS: UEMS, 2021.

HERLER; ELER, I. **A literatura indígena na escola:** sugestões de leitura para o nono ano do ensino fundamental da Escola Estadual Prof. Ulisses Serra em Campo Grande – MS. Campo Grande, MS: UEMS, 2021.

POTIGUARA, Eliane. **Identidade Indígena.** Poema de 1975.

POTIGUARA, Eliane. **Metade Cara, Metade Máscara.** 1. ed. Global, 2004.

POTIGUARA, Eliane. **O Vento Espalha Minha Voz Originária.** Rio de Janeiro: Grumin Edições, 2023.

SANTOS, Luzia Aparecida Oliva dos. **O percurso da indianidade na literatura brasileira: matizes da figuração.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

SOUZA, Maria Soares. **O canto de (r)existência de Eliane Potiguara:** uma sequência didática sobre literatura indígena no contexto da Educação Profissional e Tecnológica. 2025. 121 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2025.

SOUZA, Maria Célia Gomes de. **A (in)visibilidade da literatura indígena em Materiais didáticos,** Porto Nacional/TO, 2022.